

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 66818

Data: 03/07/2024

Assunto: APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E BENEFICIENTE DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO QUARTEL

| Deliberações | |
|----------------------------------|--------------------------------------|
| Deliberação da Câmara Municipal: | Deliberação da Assembleia Municipal: |

| Despacho |
|---|
| O Presidente |
| O(a) Vice-Presidente , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro) |

PROPOSTA: Submete-se à consideração da Câmara Municipal, aprovar, nos termos do previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas o) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição de um apoio extraordinário à Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, no valor de 250.000,00 euros, com o objetivo de apoiar aquela associação na construção do novo quartel. O valor do apoio será libertado em tranches, de valor correspondente ao montante das despesas apresentadas, tendo como limite máximo anual o seguinte cronograma orçamental:

- a. 2024: 100.000,00 euros
- b. 2025: 75.000,00 euros
- c. 2026: 75.000,00 euros

I. Enquadramento

1. Compete aos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições no domínio da proteção civil, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como, do n.º 2 do artigo 1.º da Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação atual.
2. De acordo com a alínea e) do artigo 5º da Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação atual constitui princípio especial aplicável à atividade de proteção civil, o princípio da cooperação, que “assenta no reconhecimento de que a proteção civil constitui atribuição do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais e dever dos cidadãos e de todas as entidades públicas e privadas;”
3. De acordo com o nº 1 do artigo 2º da Lei 32/2007 de 13 de agosto na redação atual, define que as Associações Humanitárias de Bombeiros, “são pessoas colectivas sem fins lucrativos que têm como escopo principal a protecção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em actividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto;”
4. Os Corpos de Bombeiros, incluindo os detidos por Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, constituem agentes de proteção civil, de acordo com alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei de Bases de Proteção Civil;

II. Exposição e motivos

1. A Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, com o apoio e colaboração do Município de Braga, está prestes a inaugurar o novo quartel dos bombeiros localizado em S. Paio de Arcos.
2. O novo quartel reúne melhores condições pela sua modernidade, pela maior área de operação e de parque de viaturas, assim como infraestruturas de qualidade para o desenvolvimento de exercícios de treino e de formação. Melhores condições, melhor e maior capacidade para servir a população bracarense.
3. No entanto, no decorrer da execução da obra de construção do novo quartel, verificaram-se situações não previstas e outras que se impunha corrigir em fase de obra, designadamente a ligação à EN 101 Braga – Guimarães, a construção de um museu, entre outras pequenas intervenções não programadas, que vão originar um acréscimo dos encargos a suportar pela Associação na ordem dos 250 mil euros.
4. É no poder local que reside a primeira e a mais importante resposta a todo o dispositivo nacional de Proteção Civil, onde emergem e são solucionadas uma grande maioria das ocorrências. Quanto mais capacitado estiver o poder local, mais capacitado estará o sistema no seu todo.

5. Importa assegurar o socorro às populações com caráter regular, mediante criação de condições estruturais de apoio às equipas operacionais, e que garantam, em permanência, resposta a situações de emergência no concelho de Braga.
6. Os apoios financeiros concedidos às Associações Humanitária de Bombeiros pelo Estado, com vista ao cumprimento das suas missões, concentram-se sobretudo nos programas de apoio infraestrutural e nos programas de apoio aos equipamentos, que visam apoiar a manutenção da capacidade operacional dos corpos, de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto.
7. As Associações Humanitária de Bombeiros podem beneficiar, de outros apoios públicos, nacionais ou comunitários, no âmbito de programas, ações ou outros meios de financiamento, ao abrigo do artigo 7.º do diploma mencionado no ponto anterior.
8. A Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga desempenha, como unanimemente é reconhecido pela sociedade bracarense, um papel imprescindível e de grande relevo na prestação de serviços públicos no âmbito da segurança e do socorro das populações e respetivos bens, nas situações de emergência.
9. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, bem como assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos das alíneas o) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal, delibere:

1. **Aprovar, nos termos do previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas o) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição de um apoio extraordinário à Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, no valor de 250.000,00 euros, com o objetivo de apoiar aquela associação na construção do novo quartel. O valor do apoio será libertado em tranches, de valor correspondente ao montante das despesas apresentadas, tendo como limite máximo anual o seguinte cronograma orçamental:**
 - a. 2024: 100.000,00 euros**
 - b. 2025: 75.000,00 euros**
 - c. 2026: 75.000,00 euros**

O compromisso plurianual encontra-se autorizado ao abrigo do n.º 30.º das Normas de Execução Orçamental do Município de Braga para 2024, aprovadas pela Assembleia Municipal na sua sessão de 15 de dezembro de 2023.

A despesa, tem enquadramento orçamental na Orgânica 0102, Rubrica Económica 080701, Projeto 2024/66-4, com o cabimento e compromisso sequencial número 89895 e 114299, respetivamente.

O Presidente da Câmara Municipal da Câmara Municipal

Anexos:

1. Pedido de apoio da Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga
2. Informação de cabimento/compromisso da Divisão de Contabilidade

Apoio financeiro

9. Atribuição de apoio extraordinário à Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga para a construção de um novo quartel.

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, os termos do previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas o) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição de um apoio extraordinário à Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, no valor de 250.000,00 euros, com o objetivo de apoiar aquela associação na construção do novo quartel. O valor do apoio será libertado em tranches, de valor correspondente ao montante das despesas apresentadas, tendo como limite máximo anual o seguinte cronograma orçamental:

- a. 2024: 100.000,00 euros
- b. 2025: 75.000,00 euros
- c. 2026: 75.000,00 euros

Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.